A moralidade e o amadurecimento

Zeljko Loparic
UNICAMP/PUCSP

1. A moralidade inata e as etapas do amadurecimento moral

A obra de Winnicott contém uma série de trabalhos sobre a origem e o sentido da moralidade que, apesar de serem extremamente inovadores — pois, em oposição à psicanálise tradicional, não partem da situação edípica —mereceram, até o momento, pouca atenção dos comentadores. O presente artigo visa ajudar a reverter essa situação apresentando, de maneira ordenada, os elementos centrais da teoria winnicottiana de uma moral *não-edípica*. Esse teoria diz, no essencial, que, em cada ser humano, existe uma *moralidade inata*, isto é, uma tendência inata a tornar-se responsável pelos seus atos. Essa tendência se desenvolve na relação de dependência com o ambiente, percorrendo várias etapas ao longo do processo de amadurecimento pessoal, desde a *relação dual* com a mãe, passando, em seguida, pelas relações triangulares (edípicas), pelas relações grupais e sociais, até chegar ao estágio de ter-que-morrer.

O interesse de Winnicott pelo problema da moral remonta aos anos 40. Num artigo intitulado "A moralidade inata do bebê", inicialmente publicado em 1949, ele introduz várias teses que se tornarão parte integrante da sua teoria madura da moralidade, em particular a tese da moralidade inata. Na última fase da sua produção, que se segue à morte de Melanie Klein, em 1960, Winnicott volta ao tema, reafirmando a tese da moralidade inata do ser humano e tentando mostrar em que estágios do amadurecimento sadio e por meio de que sentimentos, comportamentos e idéias o indivíduo humano adquire o senso de responsabilidade para consigo mesmo e com outros seres humanos. O arti-

go intitulado "Moral e educação", de 1963, é, sem dúvida, o texto mais significativo sobre o tema, e será utilizado como a principal fonte na exposição que se segue.[1]

Segundo Winnicott, a moralidade é inata à natureza humana,[2] mais precisamente, é um componente da "tendência para a integração da personalidade". Como é bem sabido, as tarefas de integração tornam-se progressivamente mais complexas ao longo do processo de amadurecimento pessoal. No início da vida, cada ser humano, ainda fundido com a mãe, tende a se integrar no tempo e no espaço, a se tornar capaz de ter relações de objetos, a "viver no seu corpo" e a constituir um si-mesmo inicial com base no funcionamento corpóreo elaborado imaginativamente. Ao crescer, e com a ajuda do ambiente facilitador (da mãe que começa a "falhar"), o bebê se firma como unidade *separada*, passa a ter o sentimento de "eu sou", a distinguir o externo e o interno, e assim por diante, conforme vai acontecendo o desdobramento da natureza humana.

Durante esse acontecer, manifestam-se também os diferentes momentos integrativos que constituirão a moralidade de um adulto. O primeiro momento especificamente moral é o surgimento, já nos bebês em relação de dependência quase total com a mãe-ambiente, de um modo de ser que Winnicott chama de "bondade original" (*original goodness*). Em seguida, o indivíduo atinge "o estágio de moralidade inata", que "envolve a personalidade inteira" e assume o sentido de responsabilidade para consigo mesmo e com os outros, expressando-se num código moral interno. Depois disso, o ser humano "socializa", com a ajuda da mãe, o seu código moral pessoal e, dessa maneira, passa ao estágio de moralidade adulta. Ao longo de todo esse acontecer, todo homem nunca deixa de se preocupar, dessa ou daquela maneira, com a sua solidão essencial, isto é, com a condição que antecede e que se segue à relação de dependência, e relativamente à qual nem a bondade originária, nem a moral da responsabilidade têm qualquer sentido.

---

[1] Cf. Winnicott 1965, cap. 8. O problema do surgimento do sentimento de responsabilidade ocupa Winnicott de novo em "A agressão em relação ao desenvolvimento emocional", de 1950, e em *Natureza humana*, parte II (1954). Em 1958, ele retoma o assunto, reafirmando a maioria dos pontos estabelecidos em 1949 — em particular, a distinção entre a moral inculcada e a moral como um aspecto do desenvolvimento humano —, e traçando um panorama das teses psicanalíticas sobre a origem da moralidade (1958, p. 15ss).

[2] As sociedades mudam, diz Winnicott, mas a "natureza humana" não. Ela é a mesma em todas as sociedades e em todas as épocas que conhecemos (1963, p. 93).

A fim de entender como, na vida de um bebê ou de uma criança, surgem esses momentos éticos, jamais devemos perder de vista uma condição essencial do processo de amadurecimento: a facilitação do ambiente. Para que a tendência integrativa possa prosseguir, o bebê humano precisa de um ambiente "suficientemente bom". Nem no início da vida, nem em momento algum, existe um ser humano totalmente isolado. A existência humana concreta tem sempre o caráter de relacionamento com os outros externos. De que tipo de relacionamento se trata? Da relação de dependência, mencionada acima, que passa, ao longo do amadurecimento, de dependência quase absoluta da mãe ou do seu substituto, à dependência relativa que, além da mãe, inclui o pai, o ambiente familiar, o grupo social, o país natal. Depender significa precisar de cuidados (*care*), no início da vida, de cuidados essencialmente físicos, com o passar do tempo, também de cuidados psíquicos e sociais.

Ao nascer, o bebê humano não sabe ao certo o que precisa, onde e quando. Mas, por estar vivo, ele "busca algo em algum lugar", e precisa encontrá-lo. Num quadro familiar normal, esse pedido é atendido pela "tendência" da mãe em prover o bebê daquilo que ele necessita. Não se trata de uma atitude eventual, mas de responsabilidade materna que também faz parte integrante da natureza humana. Não me estenderei aqui sobre essa responsabilidade da mãe e, de um modo geral, dos pais para com os filhos, a qual, de resto, serve de modelo para Winnicott pensar a responsabilidade do analista. Direi apenas que, do ponto de vista do processo de amadurecimento, ela é um desenvolvimento posterior, nos pais adultos, da responsabilidade primária que eles mesmos desenvolveram enquanto ainda eram bebê ou crianças, ajudados nisto pelos seus pais. Em Winnicott, a moralidade humana é, ao mesmo tempo, uma questão de *nature and nurture*, de natureza e de cuidados.

2. A bondade originária

É na relação de cuidado materno que se constitui o sentimento primitivo de algo que é bom e de algo que é mau. Nas fases precoces da vida, a única coisa "boa" que o bebê é capaz de identificar é o cuidado do ambiente que lhe permite continuar existindo, isto é, o *colo da mãe*. A única coisa "má" é a falta de cuidado suficientemente bom, a falta do colo. Nesse estado inicial de dependência quase absoluta da mãe-ambiente, bom é o que facilita e mau, o que impede o amadurecimento. Creio que, feitas as devidas qualificações quanto ao significado de "bom" e de "ruim", os ter-

mos "colo bom" e "colo mau" são os substitutos winnicottianos para o que Melanie Klein, ainda presa à teoria das relações objetais e distante da teoria da dependência, chamava de "seio bom" e "seio mau".

Como ainda não há distinção entre o subjetivo e o objetivo, nem entre interno e externo, e como os mecanismos de projeção e de introjeção ainda não funcionam, o bebê nem ao menos registra o "bom" que lhe é feito, ele o incorpora. Enquanto o lactente permanecer em estado de fusão (*mergence*) e não separar a mãe e os objetos "não-eu" do "eu", o que é adaptativo ou "bom" no ambiente estará "crescendo no estoque de experiências do lactente como se fosse uma qualidade do si-mesmo, indistinguível, de início (pelo lactente), do funcionamento sadio próprio" (1963a, p. 97; tr. p. 91). Dessa maneira, o cuidado suficientemente bom constitui a confiança (*trust*) ou crença (*belief*) na confiabilidade do ambiente (p. 97; tr. p. 92). Ao mesmo tempo, o bebê faz a experiência (não tem apenas o *feeling*) da própria onipotência: a de poder criar e a de poder destruir o mundo. A onipotência criativa e destrutiva é um fenômeno subjetivo, mas assim mesmo uma experiência efetiva (*actual*). Em conseqüência disso, é ele próprio que passa a ser, *espontaneamente*, o facilitador de tudo, o criador, ou, então, o destruidor de tudo, de maneira igualmente mágica.

Enquanto o "bom" recebido é simplesmente incorporado e, por isso, passa desapercebido, o "mau" é devidamente registrado, pois, se a mãe falha, é o bebê também que falha e, em vez de agir a partir de si mesmo, ele re-age, sendo essa reação registrada com "trauma":

> Nesse estágio precoce, o lactente não registra o que é bom ou adaptativo, mas reage a e, portanto, recebe e registra cada falha da confiabilidade. Reagir à não-confiabilidade no processo de cuidado do lactente se constitui em trauma, cada reação sendo uma interrupção no "continuar-a-ser" do lactente e uma ruptura no seu si-mesmo. (p. 97; tr. p. 91)

Com o passar do tempo, entretanto, um bebê normal torna-se perfeitamente capaz de distinguir, pelos sentimentos opostos (*opposed feelings*), aquilo que facilita e aquilo que obstrui o seu amadurecimento. Note-se que, aqui, o "sentimento" ainda tem o sentido de uma "qualidade de si", isto é, de um modo de ser ou de funcionar. O que conta, para o bebê, é essa qualidade, revelada no sentimento, não o "sentimento" como mero estado afetivo. Dessa maneira não-verbal, o bebê discrimina entre elementos "auxiliadores" e "perturbadores", "benignos" e "persecutórios", "amigos" e "hostis". A constituição desses dois grupos de elementos surge, por um lado, das satisfações e das frustrações na

experiência vivida, que inclui excitações e, por outro, da capacidade da criança de evitar "a dor da ambivalência não unindo os objetos que sente serem bons ou maus" (p. 98; tr. p. 92). O bebê também passa a comunicar essa sua aprovação do adaptativo e essa sua desaprovação do intrusivo, inicialmente também por meios *pré-verbais*.

Embora se trate, no processo de amadurecimento considerado até aqui, de "fenômenos anteriores ao uso de palavras", é impossível, observa Winnicott, evitar o emprego dos termos "bom" e "mau", pois "essas coisas importantes que estão acontecendo com o lactente em desenvolvimento e com a criança pequena exigem descrição em termos de bom e mau" (*ibid.*). Neste sentido, a palavra "bom" designa o que constitui a *bondade originária* que, conforme vimos, é uma "qualidade" pessoal, a saber, a capacidade de existir, de continuar existindo, de crescer, de poder discriminar o que é auxiliador e o que é perturbador.[3]

Aprovação e desaprovação materna não deixam de ser também relevantes, mas o fator essencial para a constituição do bom e do mau originários é um "fator interno ou pessoal", conceito que está no âmago da posição de Winnicott sobre a origem da moral.[4] A capacidade de ser bom é dita *inata* justamente porque emerge no "desdobramento" (*unfolding*) da natureza humana, ou seja, da tendência à integração. Essa bondade originária é constitutiva do *si-mesmo*, mais precisamente, do núcleo do *si-mesmo*, que, sendo "pessoal, isolado e não afetado pela experiência" *externa*, permanece "incomunicado", permanentemente desconhecido e não encontrado.[5]

---

[3] Uma nota que se encontra em *Natureza Humana* fornece um esclarecimento adicional sobre a linguagem empregada por Winnicott no presente contexto: "As palavras 'bom' e 'mau' são heranças de um passado longínquo; são também úteis para descrever os extremos do que qualquer bebê sente ocorrer dentro de si mesmo — quer se trate de forças, objetos, sons, ou cheiros. Não me refiro aqui ao uso dessas palavras por pais ou babás que pretendem impor ao bebê uma moralidade" (p. 71; tr. p. 91).

[4] Mesmo sem levar em conta a bondade originária nas suas teorias, vários entre os grandes filósofos deram testemunho da importância desta nas suas vidas. Kant, por exemplo, explicitou a sua dívida para com a sua mãe da seguinte maneira: "Eu nunca esquecerei a minha mãe, pois ela implantou e nutriu as primeiras sementes do bem em mim, ela abriu o meu coração às impressões da natureza, ela despertou e ampliou os meus conceitos, e os seus ensinamentos tiveram uma influência permanente e salutar sobre a minha vida" (Gulyga 1977, p. 21). Em *Der Feldweg* (1949), Heidegger recorda que as viagens pelo mundo que, na infância, ele fazia em seus navios de brinquedo estavam envolvidas "num esplendor quase imperceptível, que repousava sobre todas as coisas", porque a mãe estava lá. O seu "olhar" e a sua "mão" delimitavam o domínio dessas primeiras travessias: "Era como se o seu cuidado não verbalizado protegesse todos os seres".

[5] Esse núcleo é "algo sagrado e merecedor de preservação" (1963b, p. 187).

É nesse contexto que deve também ser interpretado o significado do termo "bom" que ocorre nas expressões "mãe suficientemente boa" e "objeto bom". A mãe suficientemente "boa" é mãe ativamente "adaptada" às necessidades do bebê, aquela que favorece o seu continuar existindo e, dessa maneira, propicia a experiência da bondade própria e da criatividade do bebê. Um objeto "bom" não é aquele que "satisfaz", mas aquele que foi "encontrado" lá onde devia estar, tendo sido criado pelo bebê (1963b, p. 181; tr. p. 165).

Da bondade originária surge naturalmente "a idéia de bondade" e a de "um pai pessoal e confiável" ou de Deus (p. 97; tr. p. 92). Deus, em particular, é a "projeção da bondade que é parte da criança e da sua experiência de vida efetiva" (p. 94; tr. p. 89). As religiões, diz Winnicott, fizeram muito caso do pecado original, mas nem todas chegaram à idéia de bondade "que, tendo sido unificada na idéia de Deus é, ao mesmo tempo, separada dos indivíduos que coletivamente criam e recriam essas idéias de Deus" (p. 94; tr. p. 89). A afirmação bíblica de que Deus criou o homem à sua imagem é a inversão de uma verdade fundamental da psicologia dinâmica de Winnicott: "o homem continua a criar e recriar Deus como um lugar para colocar o que é bom nele mesmo, e que ele poderia estragar se o mantivesse em si mesmo junto com todo o ódio e a destrutividade que também se acham nele" (*ibid.*).[6] Segundo Winnicott, a própria psicanálise enveredou pelo mesmo caminho, pois o "conceito de instinto de morte poderia ser descrito como uma reafirmação do princípio do pecado original" (1971, p. 82; tr. p. 102). Gostaria de fazer notar que, nesse ponto, Winnicott não está sozinho. Pontalis, por exemplo, parece concordar com ele, quando escreve: "Tal é, portanto, o ponto de partida de Melanie Klein, de quem foi possível dizer, posteriormente, que, ao afirmar que a inveja e a culpabilidade estavam no coração do lactente, ela não faz outra coisa do que oferecer uma transcrição psicanalítica do pecado original" (1977, p. 119).

A bondade originária pode, entretanto, deixar de ser constituída por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de o ambiente não se mostrar confiável. Quando a falha é grave e se constitui numa verdadeira intrusão (e não apenas numa frustração, num elemento negativo integrado), o bebê é obrigado a reagir. Cada reação é uma interrupção da continuidade do ser, do processo do amadurecimento, da continuidade

---

[6] Segundo Winnicott, a religião não é, portanto, um ópio, mas tão somente uma fuga, a fuga da dificuldade interna de conciliar o uso excitado e, em seguida, agressivo de um ambiente de cuja facilitação ou bondade depende a continuidade do nosso ser.

do si-mesmo do lactente, a qual, se persistir, pode constituir-se num trauma, possivelmente psicotizante. Quando tal ocorre, a crença na confiabilidade não se forma e a idéia de bondade não surge, impossibilitando o amadurecimento moral da pessoa.

Em segundo lugar, devido à exigência de que o bebê se adapte ao ambiente. Ao invés de prover o que bebê pede, porque precisa, o ambiente — por ser moralizador, por não querer, por não saber ou simplesmente por não ter condições de cuidar do bebê — pode fazer o inverso e forçá-lo, desde o início, a corresponder ao que se espera dele. Nesse caso, não é propiciada ao bebê a possibilidade de fazer a experiência efetiva de onipotência, quer positiva quer negativa, nem, por conseguinte, a constituição do si-mesmo primário espontâneo, base do ser e do agir futuros. Ao invés de ser ativo, o bebê se vê obrigado a reagir, isto é, a "negar". Dessa maneira, "a criação do objeto e do mundo só passa a ter significado a partir de *não* ser criativo". Por exemplo, o único modo de comer real passa a ter como base o não comer. Este é o quadro em que "só há prazer em companhia dos outros como um desenvolvimento a partir do isolamento essencial, o isolamento que reaparece quando o indivíduo morre". No final das contas, esses fenômenos levam ao "sentimento de culpa que é tão fundamental para a natureza humana que há bebês que morrem dele, ou, se não podem morrer, organizam um eu condescendente ou falso", ou seja, traem-se a si mesmos (1966, pp. 111-2; tr. p. 116). A moralidade ferrenha dos esquizóides exemplifica uma reação possível contra tal tipo de traição, imposta, conforme acabamos de explicitar, pela violência do ambiente que exige adaptação, em vez de facilitar o existir do bebê a partir da sua tendência à integração, isto é, de sua própria espontaneidade e criatividade.

Como se vê, em Winnicott, a raiz da moralidade *não* está na *lei*, em nenhuma das suas versões comumente consideradas: lei social, lei divina, lei da razão. A idéia do bem tampouco decorre de uma *proibição*, por exemplo, da proibição do incesto, mas essencialmente de um favorecimento que garante um amadurecimento e um crescimento saudáveis. A idéia do "mau" nada tem a ver com a "transgressão", pois a "mau-dade" diz respeito ao fato de que certas pessoas não atingiram o "estágio de crer em ...", isto é, não constituíram a bondade originária, razão pela qual não poderão chegar "ao estágio de moralidade interna que envolve a personalidade total" e a serem responsáveis. Isso não quer dizer que elas são pessoas más, no sentido estipulado por alguma lei ou código social, mas elas *não* são *sadias*. Não podendo ser espontâ-

neas e criativas, nem criar pais bons, nem um deus bom, eles acabam sucumbindo ao sentimento de culpa e adoecem.

3. O surgimento do primeiro código moral

Passemos agora ao exame do surgimento do *código* da moralidade inata. O bebê dotado de fé ou de crença na confiabilidade vai ter que crescer. Isso significa, em particular, que ele vai ter que dar conta de seus próprios interesses, em particular, das suas urgências instintuais, vivendo num mundo de objetos *externos* e com pessoas externas. Nessa fase, a criança se vê diante de um tremendo desafio: já constituída como um eu, inclusive como um eu dotado de bondade originária, ele está, nos estados excitados, mordendo, isto é, destruindo o objeto "bom" dos seus estados tranqüilos:

Essa destrutividade se torna cada vez mais um aspecto na experiência das relações objetais, e a fase de desenvolvimento a que me refiro dura dos seis meses aos dois anos, mais ou menos, após a qual a criança pode ter feito uma *integração satisfatória da idéia de destruir o objeto e do fato de que ama esse mesmo objeto.* [...] Ela [a mãe] é uma mãe-ambiente e, ao mesmo tempo, uma mãe-objeto, o objeto do amor excitado. Neste último papel, ela é repetidamente destruída ou danificada. Gradualmente, a criança vem a integrar esses dois aspectos da mãe, tornando-se capaz de amar e ser afetuosa com a mãe sobrevivente [aos seus ataques] [....]. (p. 102; tr. p. 96; itálicos meus).

Esse processo de integração das ações destruidoras e da relação de dependência é muito penoso. A criança começa por temer a lei do talião, ou seja, a vingança da mãe agredida que, por conseguinte, fica transmudada em objeto mau. Ao conflito entre o uso excitado e o uso tranqüilo da mesma mãe, acrescentam-se as reações da própria mãe que, mesmo sem morder de volta, pode retaliar, isto é, não "sobreviver" de muitas outras maneiras, por exemplo, mudando de atitude.

É precisamente nessa situação que se manifesta, diz Winnicott, um "código moral interno" da criança, inteiramente pessoal. Como surge esse primeiro código moral? A sua formação é precedida por uma fase de desenvolvimento que "inclui um tipo especial de angústia [*anxiety*] que se chama sentimento de culpa, culpa relacionada com a idéia de destruição quando o amor também está atuando" (p. 102-3; tr. p. 96). É "axiomático", diz Winnicott, "que o bebê humano não é capaz de suportar o peso da culpa e do medo que pertence ao pleno reconhe-

cimento do fato de que as idéias agressivas no amor primitivo incompadecido [*ruthless*] são dirigidas para a mãe do relacionamento dependente (anaclítico)" (1988, p. 70; tr. p. 90). O bebê simplesmente não aceita "o fato de que essa mãe que é tão valorizada nas fases tranqüilas seja a mesma pessoa que foi e que será atacada incompadecidamente na fases excitadas" (1958, p. 266; tr. p. 443).

Que significa aqui a palavra "axiomático"? Aparentemente um traço que não é tirado da observação dos bebês, mas que caracteriza, aos olhos de Winnicott, a própria natureza humana. Trata-se de uma afirmação *teórica* sobre a natureza humana, sobre o modo como essa natureza se desdobra no estágio do concernimento. O que Winnicott está querendo dizer é que o ser humano não pode *existir*, isto é, acontecer *como* ser humano se continuar destruindo o que ama. Desse "construto teórico", Winnicott tira uma das teses centrais da sua teoria da moralidade:

Por mais difícil que consideremos a aplicação dessas idéias, precisamos *abandonar totalmente a teoria de que as crianças podem ser inatamente amorais*. Isso nada significa em termos do estudo do indivíduo que se desenvolve em conformidade com os processos de amadurecimento herdados e permanentemente interligados com a ação do ambiente facilitador. (1966, p. 111; tr. p. 116; itálicos meus).

É nesse contexto que surge, por uma necessidade interna e de um modo inteiramente espontâneo, um código moral interno da criança, totalmente pessoal, razão pela qual ele é também chamado de inato. Note-se que, no presente contesto, o termo "inato" não significa existente desde o início da vida, pois Winnicott mostra que, antes da fase do concernimento, o bebê é totalmente incompadecido com a mãe. "Inato" significa, portanto, desenvolvido pela própria criança, em virtude da tendência herdada ou pessoal para o desenvolvimento. Esse código e o sentimento de responsabilidade que o sustenta levam a criança "ao comportamento construtivo ou ativamente amoroso, dentro dos limites do seu mundo, fazendo reviver o objeto, restaurando o objeto amado, reconstruindo o que foi danificado" (1963a, p. 103; tr. p. 96).

Uma das propriedades desse código é ser extremamente exigente e não admitir compromissos, sendo "ferrenho, cruel e incapacitante" (p. 101; tr. p. 95). Trata-se, entende Winnicott, de "aterradoras formações do superego diretamente relacionadas com os impulsos e fantasias infantis que acompanham o funcionamento do corpo e as cruas excitações instintivas" (*ibid.*). Essa moralidade ferrenha não censura apenas o bebê,

ela também faz com que ele resista a aceitar compromissos e a se submeter, "*às custas de seu modo pessoal de viver*". Por exemplo, uma criança de qualquer idade pode sentir que comer é errado, até o ponto de morrer "por uma questão de princípio" (p. 102; tr. p. 95).

A moral interna severa das crianças na fase do concernimento pode ser comparada com a dos esquizofrênicos:

Esses paciente são, em alguns aspectos, mais morais do que nós, mas, é claro, sentem-se terrivelmente desconfortáveis. Talvez prefiram continuar desconfortáveis a serem "curados'. A sanidade implica conciliação. Isso é o que eles sentem ser malvado [*wicked*]. O intercurso extraconjugal, para eles, não tem importância em comparação com a traição do si-mesmo. (1966, p. 111; tr. p. 116)

4. A provisão de exemplos e de um código moral externo

Qual a responsabilidade do ambiente nessa fase? A função básica do tipo de educação preconizado por Winnicott não é o de *implantar* os ideais do bem, mas a de ajudar a criança 1) a desenvolver um superego "pessoal, menos cru e cruel do que do superego inicial" e 2) a descobrir "seu próprio modo de utilizar ou de não utilizar o código moral e o acervo da cultura geral da sua época" (p. 105; tr. p. 98).

Para atingir esses dois objetivos, o ambiente precisa, em primeiro lugar, oferecer à criança que já desenvolveu a capacidade de experienciar um sentimento de responsabilidade um código moral *externo*, isto é, regras de convivência social, que sejam menos ferrenhas que as do seu código interno e que possam contribuir para tornar suportável a responsabilidade infantil excessiva. E, em segundo lugar, o ambiente tem a tarefa de ajudar a criança a se tornar "construtiva" ou, para usar as palavras da teoria moral tradicional, "virtuosa". O código moral externo a ser ensinado não deve contribuir para a culpabilização da criança, mais, pelo contrário, para a sua desculpabilização, ao preço de uma socialização criativa que abre o caminho das "virtudes". Para tanto, o ambiente precisa prover a criança com a oportunidade de servir, mostrar serviço, ou seja, de brincar e trabalhar *construtivamente*. Isso não tem nada a ver como a "educação moral" no sentido tradicional da palavra, a não ser que, se esse estágio for bem trabalhado, "a *solução pessoal* da própria criança para o problema da destruição do que é amado resulte na urgência [*urge*] de trabalhar ou adquirir habilidades" (1963a, p. 103; tr. p. 97; itálicos meus). Esse resultado pode ser realisticamente

esperado, visto que a provisão de oportunidades e o ensino de habilidades satisfaz uma necessidade do crescimento da criança. Essa necessidade (*need*), sublinha Winnicott, é o fato essencial, e esta se origina do estabelecimento, dentro do si-mesmo da criança, da capacidade de suportar o sentimento de culpa suscitado por seus impulsos e idéias destrutivas, de suportar se sentir responsável de um modo geral por idéias destrutivas, graças ao fato de se ter tornado confiante em seus impulsos de reparação e em oportunidades de contribuição. (1963a, p. 103; tr. p. 96)

Se o objetivo não é o de adestrar a criança segundo "ideais morais puros", mas de reforçar a sua capacidade, já adquirida, de "estabelecer ideais" ele própria,[7] a melhor maneira de proceder é ir *mostrando* a criança modos de vida ao mesmo tempo viáveis, realistas e decentes. O importante aqui não é a imposição de um código, de uma lei, de um ideal, mas a provisão de um *exemplo* de vida que, diz Winnicott aos pais, "não seja melhor do que vocês realmente são, que não seja desonesto, mas que seja toleravelmente decente" (p. 102; tr. p. 95). Assim concebida, a *educação moral* não é um *enxerto*, no processo de amadurecimento da criança, de valores dos pais e da sociedade (p. 100; tr. p. 94). Pelo contrário, ela não faz outra coisa do que valorizar a "chegada da moralidade na criança pelo desenvolvimento natural que é favorecido pelo cuidado adequado" (*ibid.*).

De resto, a simples obediência da criança ao código moral externo nunca deve ser identificada com o amadurecimento moral efetivo. Muitas vezes, o processo de amadurecimento é contornado por uma série de identificações "de modo que o que se revela clinicamente é o si-mesmo falso, um ator, talvez uma cópia de alguém". Quando tal ocorre, "o que poderia ser chamado de si-mesmo verdadeiro ou essencial permanece oculto e privado da experiência de viver", o que leva muitas pessoas que parecem estar bem "a por um fim a suas vidas que se tornaram falsas e irreais" (p. 102; tr. p. 96).

Ao mesmo tempo que reconhece e respeita a moralidade interna da criança sadia, a educação moral, tal como concebida por Winnicott, ensina que uma certa impostura (*cheating*) ou hipocrisia faz necessariamente parte da vida sadia dos adultos. Um dos principais efeitos da educação moral tal como concebido por Winnicott é, de fato, a criação de um "si-mesmo falso normal", capaz de atitude social "polida e base-

---

[7] Deve ter ficado claro, espero, que aqui trata-se de uma criação e não de uma sublimação.

ada em boas maneiras", assegurando ao indivíduo um lugar na sociedade "que nunca pode ser atingido ou mantido pelo verdadeiro si-mesmo sozinho" (p. 143; tr. p. 131). É pura verdade, escreve Winnicott, que "as pessoas sãs relacionam-se com o mundo pelo que chamo de impostura". E acrescenta: "Ou melhor, se existe uma saúde que é eticamente respeitável, então ela chegou muito cedo na infância do indivíduo, quando a impostura ainda não tinha nenhuma conseqüência" (1966, p. 111; tr. p. 116).

A educação moral preconizada por Winnicott difere, portanto, substancialmente da que foi praticada em várias instituições escolares da sua época, inclusive nas religiosas, baseadas, via de regra, num doutrinamento ajudado pela força. Não pretendo tratar aqui da crítica winnicottiana da religião. Ressaltarei apenas dois pontos que dizem respeito à educação. Em primeiro lugar, por idealizar o que é bom, a religião não deixa lugar para a impostura constitutiva, segundo Winnicott, da vida sadia.[8] Em segundo lugar, a religião faz uma apropriação indevida da moralidade inata dos seres humanos: "A religião (ou será a teologia?) roubou [*has stolen*] o bom da criança individual em desenvolvimento e estabeleceu um esquema artificial para injetar de volta na criança o que lhe tinha sido surrupiado [*stolen*], e chamou isso de 'educação moral'" (p. 94; tr. p. 89). Na realidade, prossegue Winnicott, a educação moral religiosa não funciona a menos que o lactente ou a criança tenha desenvolvido dentro de si mesmo, por um processo natural de desenvolvimento, uma matéria [*stuff*] que, quando colocada no céu, recebe o nome de Deus. O êxito do educador moral depende da existência na criança daquele desenvolvimento que possibilite aceitar este *Deus do educador moral* como uma *projeção da bondade* que é *parte da criança* e da sua *experiência real da vida*. (p. 94; tr. p. 89; itálicos meus)

5. A moralidade dos adultos

Dito isso, não surpreende ver Winnicott terminar o seu artigo "Moral e educação" com a afirmação de que, nos estágios que preparam para a vida adulta, "o acento não cai mais sobre o código moral" externo, herdado da tradição, mas sobre "algo mais positivo, o conjunto de aquisições culturais do homem". Ao invés de insistir na "educa-

[8] Winnicott advertiu do fato de que, na psicanálise, "a própria palavra 'bom' esta se tornando um lugar comum, indicando um objeto idealizado ou, talvez, um objeto idolatrado" (1989, p. 461n; tr. p. 350n).

ção moral", devemos propiciar à criança mais crescida "a oportunidade de ser criativa, que a prática das artes [*arts*] e a prática do viver oferece a todos aqueles que *não copiam* e *não se submetem*, mas desenvolvem genuinamente uma forma de auto-expressão" (p 105; tr. p. 98; itálicos meus). Creio que, no presente contexto, o termo "*art*" de Winnicott não deve ser entendido no sentido restrito de belas artes e sim no sentido mais amplo de "habilidade de executar uma atividade humana qualquer".

A exposição das idéias de Winnicott estaria incompleta se não falássemos de um outro aspecto da moralidade adulta: o da responsabilidade para com a possibilidade de morrer ou, nos termos de Winnicott, de voltar à condição de pré-dependência. Na experiência do bom original há uma *ilusão*: a de onipotência da bondade originária. De fato, a confiança do indivíduo no ambiente facilitador, da qual decorre a crença de poder ele próprio criar o mundo e estabelecer um contato confiável com o real, esse estofo constitutivo do seu si-mesmo ainda imaturo pressupõe, a fim de ser constituído, o esquecimento da não-confiança, da não-crença, da ausência do contato, da solidão essencial, em suma, da morte. O bebê ou feto não tem capacidade alguma, diz Winnicott, de se ocupar com a morte (1988, p. 132; tr. p. 155). Para um indivíduo humano nos estágios iniciais, a morte significa algo bem definido, ou seja, a perda do ser em razão de uma reação prolongada contra a intrusão ambiental [...]. Não há necessidade de ir além disse ponto, forçando a teoria a dar conta de um conhecimento infantil do não-estar-vivo, conhecimento este inevitavelmente absurdo, pois implicaria num grau muito elevado de desenvolvimento que, por hipótese, ainda não teria ocorrido. (*Ibid.*, p. 134; tr. p. 156)

Começar a existir implica, portanto, numa primeira grande impostura, a saber, no autoengano que consiste em acreditar que somos nós que criamos o mundo, que podemos tudo, ilusão metafísica, favorecida por nossas mães metafísicas e que, posteriormente, na saúde, é transferida para a realidade externa (o adultos costumam apostar no que é real) ou para o "princípio-Deus". Essa impostura pode também assumir várias formas patológicas, entre estas, as diferentes modalidades da defesa maníaca: "O fato central negado na defesa maníaca é a morte no mundo interno, ou o estar-morto [*deadness*] que a tudo abarca; por outro lado, a ênfase na defesa maníaca recai sobre a vida, a vivacidade [*aliveness*], a negação da morte como o fato último da vida "(1988, p. 87; tr. p. 108).

No desenvolvimento saudável, entretanto, o esquecimento inicial da possibilidade de não-ser é compensada por "uma certa seriedade, uma razoável dúvida sobre o si-mesmo, a necessidade de uns tantos períodos de contemplação, e possibilidade de sentir um desalento temporário" (1988, p. 86; tr. p. 107). Mas o amadurecimento normal vai mais longe ainda e acaba integrando até mesmo a possibilidade de morrer:

De acordo com essa tese, uma provisão ambiental suficientemente boa, na fase mais inicial, permite que o bebê comece a existir, a ter experiências, a construir um ego pessoal, cavalgar sobre os instintos e enfrentar todas as dificuldades inerentes à vida. Tudo isso é sentido como real pelo bebê, que se torna capaz de ter um si-mesmo que, finalmente, pode se *dar ao luxo de sacrificar a espontaneidade e mesmo morrer*. (1958, p. 304; tr. p. 497; itálicos meus)

No seu ponto extremo, a tendência ao amadurecimento defronta-se, portanto, com a tarefa de integrar a própria morte. Dito na linguagem moral de Winnicott, a fidelidade ao si-mesmo implica, em última instância, a preocupação com o não-si-mesmo, que se manifesta como desprendimento da ilusão de onipotência, desapego do si-mesmo e tendência de regressão a um estado de solidão essencial, anterior a relação de dependência com o mundo ambiente. Tudo indica que a responsabilidade derradeira da moralidade winnicottiana é com esse estado anterior à vida, "no qual a solidão é um fato e a dependência está ainda muito longe de ser encontrada" (1988, p. 132; tr. p. 154).

6. Conclusão

Em resumo, de acordo com Winnicott, a moralidade de um indivíduo sadio se desenvolve "a partir do funcionamento [*working*] dos processos internos da criança", já na *relação dual* mãe-bebê, sem depender da relação triangular com o casal de pais. Essa "evolução" não é baseada numa proibição, em particular, não na proibição do desejo libidinal do incesto, mas no desenvolvimento do *senso moral* (*moral sense*) inato de cada indivíduo. O sentimento de culpa não decorre da transgressão de uma lei, mas da *incapacidade de emendar* construtivamente os estragos inevitáveis feitos no ambiente. De resto, a moralidade de um "superego pessoal" winnicottiano jamais depende de uma lei moral, quer externa quer internalizada, sempre guardando o seu verdadeiro sentido, o de um senso de *responsabilidade pessoal* "que pertence à saúde"

(p. 104; tr. p. 97). A educação moral apropriada não consiste em fazer com que os indivíduos sublimem os instintos, mas em oferecer um ambiente favorável para que cada indivíduo possa *desenvolver sua capacidade moral própria*, "um superego que evoluiu naturalmente dos elementos crus do superego da infância, e *achar seu próprio modo de usar ou de não usar o código moral e o acervo cultural geral de nossa época*" (p. 105; tr. p. 98; itálicos meus).

A teoria winnicottiana do amadurecimento moral é, portanto, essencialmente *não-edípiana* e difere radicalmente da teoria da origem da moral desenvolvida na psicanálise tradicional, segundo a qual 1) a moral se origina do conflito libidinal na relação triangular *edípica*, 2) o mal originário é a transgressão da proibição do incesto, 3) o bem originário é a renúncia ao incesto e 4) a reformulação madura, sublimada, da proibição do incesto é a lei moral, isto é, o imperativo categórico de Kant, "herança direta do complexo de Édipo". Assim como em vários outros pontos essenciais da teoria psicanalítica, também na teoria da moral Winnicott introduziu profundas inovações. Tomadas em conjunto, elas justificam, parece-me, que se diga que Winnicott introduziu uma *mudança do paradigma* da psicanálise e, desta feita, operou uma *revolução* no modo psicanalítico de pensar e de clinicar.[9]

[9] A tese de que Winnicott substituiu o paradigma triangular ou edipiano da psicanálise tradicional (Freud, Klein, Bion, Lacan) pelo paradigma dual ou maturacional foi enunciada e defendida, pela primeira vez, em Loparic 1996.